



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional

Sub-eixo: Fundamentos do Serviço Social

AS DIRECIONALIDADES DA DIMENSÃO PEDAGÓGICA NO ÂMBITO DO SERVIÇO SOCIAL PARA A EMANCIPAÇÃO DA CLASSE SUBALTERNA

LEONARDO MACEDO RODRIGUES ¹
MONIQUE BRONZONI DAMASCENA ²
BRUNA SILVA DE MATTOS ³
RAFAELA NASCIMENTO DOS REIS ³

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo apreender a categorização da dimensão pedagógica do(a) assistente social, a partir das produções bibliográficas recentes da área do Serviço Social no Brasil. Foi realizado o estado da arte sobre a categoria “dimensão pedagógica” nas revistas com Qualis A1 e A2. Como resultado foram encontrados 09 (nove) artigos; a referência a essa dimensão nas produções aparece como “dimensão socioeducativa”; está vinculada à identidade do Serviço Social; direção ideopolítica na prática e da utilização como estratégia pedagógica; situa-se no exercício de socializar a apreensão e reivindicação dos direitos sociais; e, na organização e mobilização popular.

Palavras-chave: Serviço Social, Dimensão Pedagógica, Dimensão Socioeducativa, Estado da Arte.

ABSTRACT: This article aims to apprehend the categorization of the pedagogical dimension of the social worker, based on recent bibliographic productions in the

1 Estudante de Graduação. Universidade Federal Do Pampa

2 Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal Do Pampa

3 Profissional de Serviço Social. Universidade Federal Do Pampa

area of Social Work in Brazil. The state of the art was carried out on the category "pedagogical dimension" in magazines with Qualis A1 and A2. As a result, 09 (nine) articles were found; the reference to this dimension in the productions appears as a "sociopedagogical dimension"; it is linked to the identity of the Social Service; ideopolitical direction in practice and use as a pedagogical strategy; it is situated in the exercise of socializing the apprehension and claim of social rights; and, in the organization and popular mobilization.

Keywords: Social Work, Pedagogical Dimension, Socio-educational dimension, State of the Art.

1 INTRODUÇÃO

O Serviço Social na atualidade tem como proposta atuar em uma perspectiva contra-hegemônica, tendo em vista a hegemonia vigente. Com o dever de exercer o seu papel, enquanto intelectual e pertencente à classe subalterna, de instigar a parte da sociedade civil a compreender-se enquanto sociedade política para sua participação em mobilizações sociais e reivindicações por políticas sociais universais e efetivas. Esse dever perpassa pela dimensão pedagógica após o movimento de reconceituação da profissão.

Gramsci, nesse sentido, é um dos principais influenciadores para os(a) assistentes sociais, já que, é necessária a apreensão da dimensão pedagógica do exercício profissional frente aos grupos sociais em que direciona sua intervenção. Pois, o caráter educativo tem em sua dinâmica pedagógica o compromisso político da emancipação humana para com a classe subalterna.

Diante do exposto, o objetivo do presente artigo é apreender a categorização da dimensão pedagógica do(a) assistente social, a partir das produções bibliográficas recentes (artigos científicos) da área do Serviço Social no Brasil. Para dar conta desse objetivo foi realizado o estado da arte dessa categoria como

metodologia. A busca das produções bibliográficas recentes ocorreram pela disponibilidade na internet dos artigos científicos da área do Serviço Social que tivessem como assunto e ou temática principal sobre a dimensão pedagógica. Portanto, o levantamento dos artigos científicos foi no intuito de apreender como a profissão categoriza teoricamente a dimensão educativa.

A busca das produções bibliográficas ocorreram nos sites das revistas científicas da categoria profissional, no qual o critério de seleção foi as que possuíam Qualis A1 e A2 na CAPES. Os descritores utilizados para a busca nas revistas foram: Serviço Social e Gramsci; dimensão pedagógica; dimensão socioeducativa; caráter educativo; pedagógico; e, socioeducativo. No total foram encontrados o universo de 22 (vinte e dois) artigos e uma amostra de 09 (nove). Os 09 (nove) artigos levantamentos estão nas revistas *Katálisis*, *Temporalis* e *Textos & Contextos*.

A organização do artigo está na apresentação de um breve referencial teórico sobre a categoria “dimensão pedagógica”. No segundo momento apresenta o estado da arte da categoria, a partir dos 09 (nove) artigos levantados; e, por fim, tece algumas conclusões que foi possível apreender a partir dos artigos selecionados para a produção.

2 CONTEXTO SÓCIO HISTÓRICO DA DIMENSÃO PEDAGÓGICA DO SERVIÇO SOCIAL

A história da modernidade civilizatória sob os mandos do capitalismo, expressa a dominância, a coerção e, sobretudo, a influência da classe dominante por meio do Estado sob a classe subalterna. Através de métodos de coerção e consenso, o Estado utiliza-se de processos conservadores que foram e ainda são necessários para a manutenção da acumulação capitalista em prol da classe dominante. Esses processos de conservadorismo, em sua maioria são ideológicos e acabam delineando a ideologia moral e social da classe subalterna, como também

sua passividade frente às desigualdades sociais ao qual vivenciam no seu cotidiano.

Nesse contexto, o Serviço Social teve diferentes papéis que foram atribuídos à profissão, na perspectiva de manutenção da (re)produção das relações sociais capitalistas. Um desses papéis está no campo político-ideológico, que perpassa a dimensão pedagógica profissional, e que esteve por muito tempo dentro da profissão ligada ao conservadorismo⁴ até o seu processo de ruptura.

O processo de dominação conservadora por parte do Estado, em prol da classe dominante, apresenta diferentes mecanismos para a manutenção da hegemonia do capital. É exemplo, a política social com imposições ideológicas enraizadas na forma de critérios e seletividade para o acesso destas. Tais políticas desenvolvem o papel estatal de caráter educativo-ideológico sob a parte dominada da sociedade, “cada relação de ‘hegemonia’ é necessariamente uma relação pedagógica” (GRAMSCI, 1978, p. 37).

Gramsci apreende, portanto, a ampliação do Estado a partir da expressão deste na luta de classes, já que, a classe dominante acaba por exercer sua influência ideológica e repressiva, enquanto sociedade política e demarca sua função por meio da manutenção da coerção. Já a função da sociedade civil, ao qual a classe dominada se faz maioria, é do consenso, no qual acaba por entregar o consentimento de ser ideologicamente dominada (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010). A ampliação do Estado enquanto aparelho hegemônico advém, nesse sentido, da necessidade da classe dominante de reafirmar os processos de domínio de classe e de demarcar, na luta de classes, a sua hegemonia.

No campo pela disputa na luta de classes pelo consenso, Abreu (2002, p. 18) pontua que “o princípio educativo na formulação gramsciana consubstancia-se na relação entre a racionalização da produção e do trabalho e a formação de uma ordem intelectual e moral sob a hegemonia de uma classe”. Ou seja, a hegemonia vigente está em acirrada disputa entre as classes para a incorporação das necessidades frente às crises e manutenção da produção e reprodução da

4A mentalidade conservadora não possui predisposição para teorizar. Sendo a organização da sociedade vista como fruto de uma ordenação natural do mundo, o conhecimento visa a um controle prático das situações presentes. O conservador elabora seu pensamento como reação a circunstâncias históricas e ideias que se afiguram ameaçadoras à sua influência na sociedade. O conservadorismo torna-se consciente, no plano da reflexão, como defesa, decorrente da necessidade de armar-se ideologicamente para enfrentar o embate das forças oponentes (IAMAMOTO, 2011, p. 24).

acumulação capitalista.

O aparelho hegemônico, enquanto mecanismos para o domínio do controle social, direciona a classe dominada a consensuar sobre a necessidade da incorporação dessas novas formas de gestão do trabalho, produção e formação moral e intelectual. Nesse sentido, molda aspectos culturais e organizativos das relações sociais de produção. O que cabe ao Estado é essa nova função, o de educador na perspectiva do consenso sobre as antigas e novas necessidades da classe dominante. Segundo Montanõ e Duriguetto (2010, p. 45):

[...] A (nova) função estatal, de direção social, de consenso, de hegemonia, é dada na (nova) esfera da sociedade civil, sendo o espaço onde se confrontam os diversos projetos de sociedade (o que lhe permite visualizar a ampliação do aparelho estatal), percebendo a incorporação das lutas de classe na esfera estatal. A sociedade civil é composta por Aparelhos Privados de Hegemonia, ou seja, organismos sociais aos quais se adere voluntariamente e representam os diversos interesses dos atores (particularmente das classes) que a compõem.

Já a sociedade civil, que é composta por aparelhos privados de hegemonia, onde as classes dominante e subalterna estão em luta, apresentam esses organismos sociais que representam os seus interesses. Logo, é nesse espaço que a coerção e o consenso estatal se instauram para a manutenção da hegemonia.

Conforme o princípio educativo em Gramsci, as “expressões paradigmáticas da cultura e hegemonia burguesas no capitalismo monopolista - expõe as raízes do seu conceito de cultura como *civiltà* (modo de vida, de sentir, de pensar e de agir)” (ABREU, 2002, p. 18). Este princípio, ideologicamente educativo, foi incrementado no caráter pedagógico no início da formação e trabalho profissional do Serviço Social. Ao qual se adequou sem fazer as críticas necessárias às modificações impostas pela base da superestrutura jurídica e política do modo de produção capitalista periférico e dependente brasileiro, portanto, reafirmou o consenso sobre o projeto hegemônico. Somente com os processos de ruptura com o conservadorismo, que iniciou na década de 60 do Século XX, no Brasil - movimento de reconceituação da profissão -, permitiram a construção da apreensão da sociedade civil como espaço de luta; e, que a mesma possui aparelhos privados de hegemonia que também estão em disputa na sociedade. Esse novo direcionamento ético e político

abriu espaço para a construção de resistência frente ao projeto hegemônico do capital.

A história do Serviço Social é demarcada pela sua função pedagógica, que segundo Abreu (2002, p. 17), “tal função é mediatizada pelas relações entre o Estado e sociedade civil no enfrentamento da questão social, integradas a racionalização da produção e reprodução das relações sociais e do exercício do controle social”. Essas funções caracterizaram, na história do Serviço Social, suas diferentes formas de executar o trabalho profissional enquanto “organizador da cultura”. A função pedagógica do Serviço Social tem, portanto, três momentos históricos com seus respectivos perfis pedagógicos. Os seguintes perfis são: pedagogia da ajuda, pedagogia da participação e pedagogia emancipatória (ABREU, 2002).

O Serviço Social exerce essa função pedagógica enquanto intelectual na sociedade. Nessa perspectiva Iamamoto (2011, p. 53) argumenta que,

[...] O papel desse intelectual tem sido assim basicamente instrumental, de difusão de teorias e ideologias, de articulação das classes trabalhadoras na órbita das instituições do poder da classe dominante. Ou seja: exerce suas funções intelectuais como educador, organizador da hegemonia e da coerção das classes a que se vincula objetivamente.

O Serviço Social, inserido na divisão sociotécnica do trabalho e que atua tanto no Estado como na sociedade civil, a partir do exercício intelectual executa seu papel profissional tal como “educador”, pois tem em sua função pedagógica a organização da cultura, da moralidade social e da ideologia. Ao qual, seu papel pedagógico pode se direcionar tanto para a manutenção ou para a ruptura da hegemonia da classe dominante (IAMAMOTO, 2011).

Desde a gênese do Serviço Social, o trabalho profissional é pautado pelo caráter educativo de organizar ideologicamente a classe subalterna usuária dos serviços que o assistente social atua. O Serviço Social iniciou sua trajetória profissional com o caráter da “pedagogia da ajuda” (ABREU, 2002). Inicialmente, suas intervenções profissionais expressavam práticas caritativas vinculadas à Igreja Católica e desempenhavam serviços filantrópicos de Assistência Social. Os assistentes sociais, de forma majoritária, eram mulheres da alta sociedade, e que

praticavam a atividade assistencial àqueles que necessitavam de amparo frente às suas necessidades. “A profissão não se caracteriza apenas como nova forma de exercer a caridade, mas como forma de intervenção ideológica na vida da classe trabalhadora, com base na atividade assistencial” (IAMAMOTO, 2011, p. 20). Sendo assim, este caráter estava atrelado à ideologia imposta pela classe dominante e reproduzia concepções moralistas aos indivíduos, grupos e famílias.

[...] Os assistentes sociais, desde a gênese da profissão, foram historicamente requisitados pela classe dominante para exercer funções de persuasão e coerção sobre as formas de organização dos trabalhadores, impulsionando-os a um processo de adesão frente às configurações do capital (PAULA, 2009, p. 15).

Sendo assim, o exercício da profissão, pautado na persuasão e coerção, a fim de garantir o consenso da classe subalterna, designavam um papel caritativo, vigilante e de orientação aos indivíduos e suas famílias. Estes eram moralizados pela prática da “assistência de ajuda”. A assistência de ajuda, segundo Abreu (2002), caracterizava-se enquanto concepção moral imposta aos indivíduos para que não se reproduzissem comportamentos considerados impróprios, segundo a lógica conservadora da profissão. Tal moralização servia também para impor a ideologia burguesa acima desta classe que necessitava dos serviços.

A atuação profissional, que decorreu pela pedagogia da ajuda, subentendia que era necessário “ensinar a pescar”, ou ajudar o outro (apreendido individual e genericamente) a encontrar os meios de manter a sua sobrevivência (GUERRA, 2017). Por muito tempo, a Assistência Social foi caracterizada pelo ato moralizador, e de “assistir” através da culpabilização individual dos sujeitos pela vulnerabilidade em que se encontravam, da perspectiva acrítica acima da realidade e dos processos históricos, sociais e econômicos. Destaca-se, nesse sentido que:

[...] A função pedagógica dos Assistentes Sociais no processo de institucionalização do Serviço Social na Europa e nos Estados Unidos, na primeira metade deste século, vinculada ao processo de organização da cultura dominante, funda-se numa visão psicologista da questão social, reduzida às suas manifestações individuais. Este entendimento consubstancia a “ajuda” psicossocial individualizada, modalidade interventiva que traduziu a expressão mais elaborada da prática dos assistentes sociais na referida fase do desenvolvimento profissional (ABREU, 2002, p. 83-84).

A pedagogia da ajuda estava ligada à visão psicologista da questão social. É justamente esse direcionamento pedagógico que institucionalizou o Serviço Social, a partir dos anos de 1930 e exerceu tal caráter moralizador enquanto “pedagogia da ajuda” até a década de 1950, enquanto política estatal. Com os processos de modernização do capitalismo monopolista taylorista-fordista e o avanço da industrialização fabril, o Serviço Social passou por transformações no seu campo de atuação para atender as demandas do capital (CASTRO, 1984). Com tal modernização do capital, que incrementava a tecnologia em seus processos de produção para a substituir a força de trabalho por maquinários e aumentar as taxas de mais-valia, uma grande massa operária foi desempregada, ocorrendo a substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto. Tal substituição “reabastecem o exército industrial de reserva e asseguram que um setor da população, em circunstâncias normais, seja sempre excedente em relação às necessidades do capital e, portanto, incapaz de encontrar emprego” (BOTTOMORE, 1983, p. 454).

A assistência social, por sua vez, era encarregada enquanto política social, de mercadorizar e legitimar ideologicamente o desemprego, já que, aqueles operários que não acessavam o mercado de trabalho, tinham determinado amparo material do estado a partir da assistência. Nesse processo, a “pedagogia da ajuda” passa a ser reconhecida como “pedagogia da participação”. A profissionalização do Serviço Social na pedagogia da participação emergiu da necessidade de atender as demandas do capitalismo desenvolvimentista modernizador (ABREU, 2002).

Abreu (2002) afirma que, nos anos de 1950 a 1960, o objetivo do perfil assumido pelo Serviço Social com a “pedagogia da participação” era disseminar ideologicamente que tal modernização e substituição dos trabalhadores por máquinas era necessária para o desenvolvimento da sociedade. Pois, justificava-se que a industrialização ocorreu de forma tardia nos países latino-americanos e que tais implementações tecnológicas eram necessárias para a qualidade da produção. Sendo assim, “desenvolve-se e consolida-se na prática do assistente social a partir, fundamentalmente, das propostas de Desenvolvimento da Comunidade (DC)⁵, sob a

5A conceptualização sobre a organização da comunidade revela uma perspectiva profundamente funcionalista no trato da questão social e o seu desenvolvimento, quase exclusivamente, está centrado nas peculiaridades da sociedade norte-americana. A identificação das necessidades e a

influência da ideologia desenvolvimentista modernizadora” (ABREU, 2002, p. 105). A influência ideológica da pedagogia da participação era, portanto, a desenvolvimentista modernizadora, que buscava justificar o desemprego e culpabilizar os trabalhadores a partir do avanço do capitalismo industrial.

Essa ideologia ao qual expressava-se na prática pedagógica do Assistente Social avançou sob as classes trabalhadoras durante os processos de intensificação e modernização do capitalismo monopolista, pois com os altos níveis de desemprego e desmantelamento das leis trabalhistas, intensificou-se também a competição entre os trabalhadores, o mérito individual no mercado de trabalho, como também a culpabilização que os indivíduos impõem-se sobre si mesmos devido o não acesso ao emprego e as vulnerabilidades que se encontram. Essa reformulação da dimensão pedagógica insere outras atribuições ao Serviço Social, enquanto organizador da cultura e profissional que trabalha com indivíduos e grupos. São três vetores, segundo Abreu (2002, p. 107):

[...] Tal redimensionamento repercute, impulsionando alterações no perfil pedagógico, a partir de um rearranjo da função educativa, deste profissional, plasmada pelos três vetores anteriormente assinalados, isto é, pelas: psicologização das relações sociais; manipulação material e ideológica de necessidades sociais e recursos institucionais via estratégias de assistência social; e, combinação entre processos persuasivos e coercitivos para a obtenção da adesão e do consentimento ao “novo” ordenamento econômico e social sob o domínio do capital.

Esses vetores demonstram um profissional que utilizou a persuasão em prol da ideologia dominante. Com isso, o redimensionamento da prática pedagógica está alinhada com a forma de controle social do Estado para a manutenção da hegemonia burguesa imposta sob o capitalismo monopolista. Tal manutenção da ideologia burguesa acaba “contribuindo para o estabelecimento das mediações entre necessidades sociais e o controle social sobre as classes subalternas pelo capital, como forma de neutralização da luta pela emancipação humana (econômica, política e social)”, (ABREU, 2002, p. 34).

No Brasil, durante as décadas de 1960 a 1980, em meio ao período ditatorial e as modernizações do capital, o Serviço Social passou por processos de ruptura

alocação de recursos reproduzem a questão social a problemas técnicos, construindo, a partir deles, uma fórmula central que contempla múltiplas variantes de intervenção profissional (CASTRO, 1984, p. 136).

com o conservadorismo que impregnava suas práticas profissionais. Esse processo de ruptura com o conservadorismo “surge para questionar toda a prática profissional, tanto os insumos científicos dos quais se valiam a profissão, quanto o deslocamento sociopolítico e a suposta neutralidade profissional” (DIAS, 2019, p. 6). Esse período ao qual nomeia-se como “Movimento de Reconceituação”, foi momento ímpar para a categoria profissional debater as fundamentações teóricas e metodológicas que delinearão o exercício profissional por muito tempo, iniciando uma seletividade de teorias e práticas para a profissão através da perspectiva crítica nos processos sociais, históricos, políticos e econômicos que envolviam a sociedade capitalista. As primeiras aproximações de Gramsci⁶ com o Serviço Social brasileiro iniciam durante o movimento de reconceituação.

Com base marxiana sobre os processos sociais e históricos, buscava-se achar meios de conquistar a hegemonia da classe subalterna através da organização cultural da consciência de classe (ABREU, 2002). O filósofo italiano, também criticava a economia política do modo de produção capitalista, pontuava o papel dos intelectuais na sociedade e na luta pela conquista da hegemonia e processo prático pedagógico destes para a organização da revolução.

[...] A primeira investigação analisa o Movimento de Reconceituação, voltando-se para as particularidades desse processo na realidade brasileira. A segunda discute a instituição como espaço do agir profissional, subestimado no primeiro momento da reconceituação. As duas apoiam-se teoricamente no pensamento de Gramsci, a partir de algumas categorias centrais como Estado, intelectual orgânico, bloco histórico e hegemonia (DIAS, 2019, p. 7).

Durante tal processo de ruptura com o conservadorismo existente nas ações teórico-práticas da profissão, começa-se a busca por um direcionamento da intervenção profissional para a mobilização e organização da classe subalterna. Nesse sentido, é importante salientar que, “a organização da cultura pelas classes subalternas a partir da referência gramsciana apresenta-se como constituinte do movimento histórico real de organização dessas classes como classe para si [...]”

6[...] a assimilação de Gramsci pelo Serviço Social iniciou centralizada em alguns protagonistas individuais, aos quais, com o tempo, se teriam agregando outros interlocutores. Contudo, assumimos a perspectiva de que tal processo operou de forma policêntrica (ou multicêntrica). Ou seja, operou, simultaneamente, a partir do início de 1980, através de uma diversidade de protagonistas, em diferentes posições teórico-políticas do espectro do processo renovador do Serviço Social brasileiro (DIAS, 2019, p. 2).

(ABREU, 2002, p. 23). Ou seja, a organização de uma contra hegemonia é do movimento histórico da classe subalterna na sua organização de classe. Logo, o Serviço Social, como situado como constituinte e também em defesa dessa classe, participa desse movimento de rompimento com a ideologia dominante para a conquista da própria consciência.

[...] É no âmbito dessas preocupações que o grupo recorre a Gramsci, entendendo-o como um pensador do campo marxista que possibilita pensar o encaminhamento de uma prática política e pedagógica, portanto uma práxis social voltada para a luta pela hegemonia na sociedade, no qual o Serviço Social, enquanto prática profissional, tem um papel a desempenhar (DIAS, 2019, p. 9-10).

O Serviço Social, portanto, passou a debruçar-se sobre a superestrutura em que o Estado exerce sobre a parte subalternada da sociedade civil. Ou seja, durante o movimento de ruptura do conservadorismo existente na profissão, buscou-se apreender como estes, enquanto agentes da esfera estatal, poderiam romper com a prática vinculada à hegemonia burguesa, já que, os assistentes sociais também compunham as classes trabalhadoras e subalterna (IAMAMOTO, 2011). Por meio das obras de Gramsci, começou-se a delinear uma nova dimensão pedagógica da prática profissional, e com determinada dimensão política voltada às demandas da classe a que pertencem. Sendo assim, segundo Iamamoto (2011, p. 44), o Assistente Social enquanto classe intelectual:

[...] O intelectual exerce funções de direção econômica, social e cultural que se expressam tanto nos níveis de elaboração como de difusão do saber da classe que representa. O papel do intelectual é o de investigar, educar, organizar a hegemonia e a coerção e, ainda, homogeneizar a consciência de classe.

Assim, é necessário que o caráter educativo da dimensão pedagógica do Assistente Social organize e construa a hegemonia das classes trabalhadoras e subalternas, para que se consiga a conquista da hegemonia em prol destas. “A análise gramsciana amplia, assim, o conceito de prática pedagógica, apreendendo-a no amplo processo de lutas de classes, vinculado à questão da hegemonia” (JACINTO, 2017, p. 86). Nesse sentido, nota-se que a partir dos 90, emerge um novo perfil pedagógico, baseado na “pedagogia da emancipação”, ao qual busca-se, na perspectiva pedagógica da prática profissional, a atuação contraposta à política

neoliberal, visando a emancipação dos indivíduos. Segundo Abreu (2002, p. 197):

[...] É possível, pois, admitir possibilidades concretas de redimensionamento da função pedagógica da prática profissional do assistente social num sentido emancipatório, na prestação de serviços e benefícios sociais, mediante construção de estratégias de efetivação dos direitos, a partir da incorporação das necessidades dos usuários como parte da dinâmica dos serviços institucionais, sejam públicos estatais, privados filantrópicos, etc... mediante participação dos mesmos na gestão desses serviços e politização de problemáticas e relações usuários/instituições.

Sendo assim, a dimensão pedagógica baseada na “pedagogia da emancipação” é resultado do amadurecimento das aproximações do Serviço Social brasileiro com o aporte teórico gramsciano. Pois, a categoria profissional passou a intervir de forma mais crítica na realidade e, sobretudo, analisar a direcionalidade política através de sua intervenção, enquanto processo pedagógico, em prol de alcançar os processos emancipatórios para as classes trabalhadoras. Suas obras pontuam, de forma nítida, o objetivo pedagógico do intelectual, no sentido de instrumentalizar ideologicamente a classe subalterna, para que esta assuma a consciência da própria história e seja protagonista da sua emancipação.

Gramsci evidencia a importância do papel do intelectual na luta de classes, no desenvolvimento da ação revolucionária. Nos anos de 1990, com a formulação do Projeto Ético-Político da profissão, começa-se a pautar, enquanto exercício da profissão, um viés mais ampliado sobre a conquista e ampliação da democracia através da participação da sociedade civil subalterna nos espaços de construção política. Busca-se capacitar a sociedade civil para a conquista da sua consciência de classe, através da socialização e democratização dos seus direitos sociais, assim como a busca de instigar o reconhecimento destes enquanto sociedade política (JACINTO, 2017; ABREU, 2002).

Os desafios que ficam a prática profissional, esta que atenda o compromisso ético e político para com tal classe, ao qual direciona-se sua intervenção na atualidade, decorre-se em uma dinâmica de caráter contra hegemônico dominante, que utilize de sua prática pedagógica, meios de alcançar a organização de uma nova cultura direcionada para emancipação humana das classes subalternas. E, sobretudo, a organização social destas para reivindicações e melhorias nas políticas

sociais ao qual são usuários. “A constituição da hegemonia da classe trabalhadora significa a sua reorganização como força antagônica ao capital” (ABREU, 2002, p. 212). Tal processo de organização da cultura é um processo que demora para obter resultados imediatos, “um processo longo e gradual de uma reforma moral e intelectual das classes subalternas para a formação da consciência de classe” (NEVES, 2017, p. 32-33). Para isso, a prática pedagógica do Assistente Social também deve ter um caráter persuasivo, no sentido contra hegemônico, emancipatório e revolucionário, para alcançar a nova ordem societária ao qual a categoria profissional almeja. Segundo Jacinto (2017, p. 86):

[...] A revolução, como mudança total e profunda dos sistemas sociais, começa a ser realizada todos os dias, em todos os lugares, é um processo que pode ter início em âmbito educacional, cotidiano e molecular. Nesse sentido, Gramsci pretende a criação de um novo bloco histórico, a partir de uma nova concepção de mundo, que seja capaz de ascender do nível do senso comum a uma consciência filosófica, de uma real compreensão do mundo dividido em classes.

Tendo em vista a hegemonia enquanto processo ético e político para uma determinada classe (NEVES, 2017), é nítido os desafios que o Serviço Social encontra na contemporaneidade. E que este acaba por delinear o compromisso do Serviço Social para com a classe trabalhadora e subalterna. Compromisso este que está expresso no projeto ético-político profissional.

3 ESTADO DO ARTE DA CATEGORIA “DIMENSÃO PEDAGÓGICA”

No que refere-se à dimensão socioeducativa, Jacinto (2017) pontua o processo educativo que permeia na intervenção dos(a) assistentes sociais, à partir da viabilização e acesso aos direitos sociais. Entretanto, tal dimensão visa que estes sujeitos devem reconhecer-se como parte do processo para a conquista de tais direitos. Segundo Jacinto (2017, p. 88):

[...] Ao viabilizar o acesso a um recurso material concreto ou contribuir com o acesso a um direito do usuário, o(a) assistente social não apenas repassa o material, mas o faz dentro de um processo educativo, que exige diálogo competente, troca de

informações, orientações, potencialização da organização e mobilização dos sujeitos para a conquista dos seus direitos. A dimensão socioeducativa é, portanto, fundante na identidade do Serviço Social. O trabalho do(a) assistente social situa-se predominantemente no campo político-ideológico.

A “função educativa” da prática pedagógica do assistente social está, portanto, na mobilização e aliança frente aos grupos populares, “ao trabalhar com grupos e classes sociais, coloca-se como facilitador(a) das transformações sociais”(JACINTO, 2017, p. 88). Sua função educativa instiga tal coletivo a mobilizar-se socialmente para reivindicação por políticas sociais e na transformação social que esta função exerce sobre a classe subalterna, como também, está contida em seu projeto ético-político profissional (JACINTO, 2017).

Já Nicolau e Santos (2016), utilizam a categoria “dimensão socioeducativa” para nomear o poder que o estágio supervisionado exerce sobre a capacitação de novos(a) assistentes sociais. Ou seja, a experiência de observar o exercício profissional instiga o(a) estagiário(a) a construir sua própria capacidade profissional por meio da consciência crítica e de reflexões sobre o exercício profissional, situado também na conjuntura das contrarreformas capitalistas recentes.

Tal processo de estágio deve ter o poder de preparar assistentes sociais que estejam cientes da dinâmica crítica e contra hegemônica da categoria. Crítica essa, ao qual faz-se enquanto suporte teórico-metodológico da formação profissional que “supõe, em primeiro lugar, entendê-lo na lógica das diretrizes curriculares, síntese da proposta do novo projeto de formação profissional em Serviço Social, construído e reconstruído nas décadas de 1980/90, no Brasil, o qual integra o projeto ético-político da profissão” (NICOLAU; SANTOS, 2016, p. 381).

Lopes (2017) não traz a categorização da nomenclatura “dimensão pedagógica”. Entretanto, o autor situa a arte como instrumento necessário para resgatar a dimensão pedagógica nos processos de organização da cultura e emancipação dos indivíduos (LOPES, 2017). O autor discorre que o processo educativo por meio de intervenções artísticas pode desencadear processos de reflexão sobre a realidade que os indivíduos e grupos, aos quais o Serviço Social intervém, vivenciam no seu cotidiano. Segundo Lopes (2017, p. 68):

[...] é importante que os processos educativos observem a necessidade de identificar e trabalhar com recursos que propiciem a elucidação e o conhecimento destas contradições, para assim transformarem-se em mediações políticas voltadas a uma forma de educação com potencial emancipatório.

Um exemplo de processo educativo e emancipatório através da arte é o teatro do oprimido, ao qual faz-se instrumento bastante utilizado pela área do Serviço Social, a fim de fazer tais usuários e grupos a reconhecerem-se no processo de opressão e de dominação político-ideológica, enquanto classe subalterna. A dramaturgia presente na encenação acaba por manifestar as formas de ser e sentir dos sujeitos. “Tal dialética pode ser objeto de intervenção por parte do Serviço Social, através de um trabalho reflexivo e educativo embasado na teoria crítica, explorando pedagogicamente os processos catárticos vivenciados pela experiência com a arte” (LOPES, 2017, p. 73).

Tolentino e Bastos (2017) situam que a dimensão pedagógica do(a) assistente social discorre-se no exercício de socializar a compreensão do que são os direitos sociais e, em como essas sujeitos podem organizar-se socialmente para a reivindicação destas.

[...] o trabalho do Serviço Social enquanto profissão heterogênea engajada na defesa de direitos da classe trabalhadora, que - através da sua dimensão pedagógica - pode extrapolar as intervenções emergenciais e contribuir para o desenvolvimento de estratégias coletivas que decorrem do trabalho social (TOLENTINO; BASTOS, 2017, p. 304).

Conforme citado acima, tal dimensão pedagógica tanto pode, como deve, extrapolar as intervenções profissionais, no sentido de emancipar os sujeitos politicamente através da consciência crítica, fazendo com que estes tenham autonomia para organizarem-se, enquanto comunidade, grupos e movimentos sociais. Então, “promover a articulação desse segmento atendido com os movimentos sociais é imprescindível para colaborar no processo de politização, o qual - sobretudo em se tratando da municipalidade - pode ter grandes efeitos na conquista de direitos” (TOLENTINO; BASTOS, 2017, p. 327).

No artigo de Figueiredo (2018), a dimensão pedagógica é apresentada como

engendradora no exercício da profissão em consonância com a necessidade do profissional se compreender como classe subalterna para que às três dimensões que permeiam a intervenção dos(a) assistentes sociais- dimensão teórico-metodológicas, técnico-operativa e ético-política - façam sentido na sua prática pedagógica.

[...] Sob este aspecto, de reconhecimento de si e para si é que o Serviço Social, por meio de suas intervenções técnico-operativas e da função pedagógica alicerçada na dimensão teórico - metodológica e ético-política tem muito a contribuir para a construção de uma cultura hegemônica dos trabalhadores (FIGUEIREDO, 2018, p. 162).

Se tal caráter pedagógico deve ter a intenção de instigar os(a) usuários(a) a reconhecerem-se enquanto sujeitos de direitos, também deve ter a suficiência de fazer os sujeitos estarem politicamente ativos nos processos de mobilização social. Pois, o primeiro passo para uma construção da hegemonia para os trabalhadores é fazer estes, enquanto classe subalterna, reconhecerem-se enquanto sociedade política.

Portela *et al* (2020), relacionam dissertam sobre a dimensão pedagógica no exercício da assessoria do Serviço Social e no papel que esta desenvolve para a educação popular. Segundo Duriguetto (2014 apud PORTELA, CRUZ, SILVA e DAVID, 2020, p. 202-203):

[...] A assessoria aos movimentos sociais tem como objetivo a formação política dos sujeitos, dentro de uma relação pedagógica que se desenvolve na perspectiva de um processo de organização, e de fortalecimento dos sujeitos, sendo essa a dimensão ídeo política própria da direção social da profissão. Esta é a direção ideopolítica no campo da intervenção profissional da assessoria junto aos processos de organização e mobilização popular que significa analisar como o assistente social pode atuar na direção da promoção e fortalecimento das organizações e lutas coletivas, que estão imbricados na direção do Projeto Ético-Político Profissional.

Os autores situam que tal dimensão deve estar engajada, enquanto educação popular frente aos sujeitos, comunidades e movimentos sociais. A perspectiva é de que a relação pedagógica cumpra a tarefa de direcionamento ídeo-político.

Abreu e Teixeira (2013; 2020), ressaltam que a dimensão e estratégia pedagógica da “ABEPSS Itinerante”, ao qual busca, a partir do projeto de educação

popular, capacitar os profissionais da área do Serviço Social para o exercício de uma profissão que luta e resiste às tendências do capital, ou seja, estar em consonância com as diretrizes curriculares. Entretanto, a educação popular não fica somente em buscar atender as demandas individuais da categoria profissional, como também da sociedade situada enquanto usuária de tais políticas às quais os(a) assistentes sociais estão vinculados(a), “a materialização e os desdobramentos do Projeto nas suas dimensões política e pedagógica – tanto para a Entidade como para o conjunto da categoria envolvida, individual e coletivamente” (ABREU, 2013, p. 114). No que se refere a estratégia pedagógica da ABEPSS Itinerante:

É uma estratégia pedagógica no sentido de aprofundar teoricamente os temas propostos; reafirmar a matriz teórica que sustenta o projeto de formação profissional a partir das particularidades sócio-históricas das regionais; permitir uma análise dos processos históricos que a profissão construiu; e conhecer as tendências e os avanços nos debates acerca do trabalho e da profissão. Além de sua estratégia política e pedagógica, o Projeto ABEPSS Itinerante é também um amplo espaço de investigação sobre as tendências contemporâneas do trabalho e da formação profissional e que deve ser explorado pela entidade e por pesquisadores da área (TEIXEIRA, 2013, p. 18).

Tendo em vista as tendências do capital, que expressam-se nas contrarreformas e precarização das políticas sociais, a categoria profissional também vem sofrendo precarização de seus postos de trabalho e recursos materiais, no âmbito dos direitos sociais. A ABEPSS Itinerante, enquanto “estratégia pedagógica”, tem o papel de explorar os desafios e possibilidades da categoria profissional e, tentar traçar “estratégias políticas e pedagógicas na defesa da direção social crítica da profissão frente à precarização da formação e do trabalho profissional” (TEIXEIRA, 2020, p. 78). Tal precarização é tendenciosa também no sentido de tentar desmobilizar a categoria profissional frente à organização e mobilização social ao qual estão inseridos os seus usuários..

Já Costa (2015) pontua a dualidade da dimensão pedagógica ao qual vincula-se na intervenção profissional que é exercida com adolescentes que cometeram ato infracional, “diz respeito à finalidade da medida socioeducativa enquanto sanção/punição ou eminentemente pedagógica” (COSTA, 2015, p. 63). Disserta a autora que tal dimensão, enquanto caráter socioeducativo, deve estar direcionado

na perspectiva da reinserção destes na sociedade, na emancipação destes jovens a reconhecerem seus erros e, buscar fortalecer os vínculos familiares e comunitários. Entretanto tal caráter educativo acaba por reproduzir concepção moralistas e punitivistas a estes jovens, impondo, sobretudo, a sanção, a coerção, o consenso e o controle social à juventude.

4 CONCLUSÃO

Conforme mostra os resultados acima, conclui-se que as produções encontradas no universo foram de 22 (vinte e dois) artigos. Entretanto, somente 09 (nove) atenderam o objetivo ao qual foi proposto. Os autores e autoras encontrados e citados no estado da arte dissertam sobre a dimensão pedagógica com diferentes nomenclaturas e direcionamentos na área do Serviço Social, tanto para a formação quanto para sua intervenção profissional.

Na revista *Katálysis*, oito produções foram encontradas por meio do seguinte descritor: “Serviço Social; caráter educativo; e Serviço Social; dimensão pedagógica”. Porém, somente dois artigos relacionam-se à temática, dentre estes, um foi o único ao qual conseguiu categorizar, de forma mais ampla e abrangente nos diversos âmbitos do Serviço Social, o conceito da dimensão pedagógica enquanto função educativa.

Já com os descritores “Serviço Social; pedagógico; e Serviço Social; socioeducativo”. Foi encontrado sete artigos na Revista *Temporalis*. Entretanto, cinco das produções enquadraram-se para o objetivo do presente estudo. Os(a) demais autores(as) só situam onde tais dimensões encontram-se na formação e intervenção profissional, como, por exemplo, na arte enquanto mediação para processos da dimensão pedagógica, da dimensão pedagógica existente nas diretrizes curriculares e a função socioeducativa do estágio supervisionado em serviço social para a formação profissional.

Dentre os cinco artigos em tal revista, dois situam a dimensão pedagógica da formação profissional a partir das Diretrizes curriculares e do fomento da ABEPSS Itinerante, enquanto associação de pesquisa e educação permanente para a formação profissional, pois esta visa reforçar, nos espaços acadêmicos e profissionais, a luta e resistência da categoria profissional frente às precarizações estatais das políticas sociais e aos postos de trabalho dos(a) assistentes sociais. Explanando que a direcionalidade da dimensão pedagógica na profissão não fica restritamente ao atendimento dos usuários(a) a partir da viabilização dos seus direitos sociais, mas também na dimensão que inclui a categoria profissional, pois esta também necessita estar em recorrente processo de reafirmar-se pertencente a classe subalterna e que também necessita organizar-se socialmente, em conjunto com os demais grupos populares, para reivindicações e defesa das políticas sociais. Encontrou-se sete produções na revista Textos e Contextos, com os descritores: Serviço Social; pedagógico(a); e Serviço Social; socioeducativo(a). Somente um artigo situou a dimensão pedagógica do processo socioeducativo através do acompanhamento de jovens que cometeram ato infracional, e da diferença de tal processo que é exercido através do punitivismo e acaba por não desenvolver o caráter emancipador, ao qual faz primordial para a categoria profissional, enquanto preceito ético, de compreender a autonomia e a realidade dos indivíduos.

Por fim, como resultado central do objetivo do artigo, na bibliografia recente a categorização da dimensão educativa é categorizada pelos autores e autoras como sendo uma “dimensão socioeducativa”. Essa dimensão, portanto, estaria vinculada à identidade do Serviço Social; direção ideopolítica na prática e da utilização como estratégia pedagógica; situa-se predominantemente no campo político-ideológico; discorre-se no exercício de socializar a apreensão e reivindicação dos direitos sociais; e, bem como, a organização e mobilização popular.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maria Helena Elpidio. A Experiência do Projeto da ABEPSS Itinerante: A Atualidade do Projeto de Formação Profissional Frente à Contrarreforma da Educação. In: **Revista Temporalis**, 13(25), 113–132. Disponível em: <https://doi.org/10.22422/2238-1856.2013v13n25p113-132>. Acesso em 20 jul 2022.

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e Organização da Cultura: Perfis Pedagógicos da Prática Profissional**. São Paulo: Cortez, 2002.

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. - 10^a. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2012].

COSTA, Cândida da. **Dimensões da Medida Socioeducativa: entre o sancionatório e o pedagógico**. In: **Revista Textos & Contextos**, Porto Alegre, 14(1), 62 - 73. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/16858/13309>. Acesso em 20 jul. 2022.

DIAS, Larissa Ranielly Lima. **As aproximações a Gramsci no serviço social nos anos 1970**. Anais IX Jornada Internacional de Políticas Públicas. 20 e 23 de agosto de 2019. São Luís/MA. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2019/images/trabalhos/trabalho_submissao_Id_395_3955c953a4150961.pdf. Acesso em: 01 jul 2022.

FIGUEIREDO, Kênia. A. (2019). Comunicação Pública: Um Direito Humano em Conexão com o Serviço Social. In: **Revista Temporalis**, 18(36), 162–177. Disponível: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/21506/pdf>. Acesso em: 20 jul 2022.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da História**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. São Paulo: Cortez, 2011.

JACINTO, Adriana Giagueto. Trabalho socioeducativo no Serviço Social à luz de Gramsci: o intelectual orgânico. In: **Revista katálysis**, 20 (1), Jan-Apr, 2017. Disponível: <https://www.scielo.br/j/rk/a/DPvXpTxCCTxkmfrfNcw8gFG/?lang=pt>. Acesso em: 20 jul 2022.

LOPES, I. C. C. (2017). A mediação da arte no trabalho educativo do serviço social para a emancipação humana. In: **Revista Temporalis**, 17(33), 61–74. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/14242/pdf>. Acesso em: 22 jul 2022.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETO, Maria Lúcia. **Estado, Classe e Movimento Social**. São Paulo: Cortez, 2010.

NEVES, Ângela, V. **Apontamentos sobre Gramsci e sua influência ao Serviço Social no século 21**. In: **Revista Katálysis**. Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 31-36, jan./abr. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802017000100031. Acesso em: 20 jul 2022.

NICOLAU, Maria Célia Correia; SANTOS, Tássia Rejane Monte. O estágio no processo da formação profissional em Serviço Social: dimensão socioeducativa e os desafios à contracorrente. In: **Revista Katálysis**, v. 19, n. 03, 2016. , pp. 380-388. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1414-49802016.003.00008>>. Acesso em: 30 ago 2022.

PAULA, Luciana Gonçalves Pereira de. **Dimensão ídeo-política da intervenção profissional do assistente social: o debate teórico sobre sua conformação** / Luciana Gonçalves Pereira de Paula; orientadora: Maria Lúcia Duriguetto – Juiz de Fora: UFJF, Faculdade de Serviço Social, 2009. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/ppgservicosocial/wp-content/uploads/sites/131/2013/04/luciana.pdf> Acesso em: 16 de junho de 2022. Acesso em: 30 ago 2022.

PORTELA, R. de S., Cruz, S. H. R., Silva, M. M. da, & David, L. M. S. (2020). Assessoria do Serviço Social e Movimentos Sociais Insurgentes em Debate. In: **Revista Temporalis**, 20(39), 191–208. Disponível em: <https://doi.org/10.22422/temporalis.2020v20n39p191-208>. Acesso em: 10 ago 2022.

SIMIONATTO, Ivete; NEGRI, Fabiana. **Gramsci e a produção do conhecimento no Serviço Social brasileiro**. R. Katálysis, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 13-21, jan./abr, 2020. Disponível em: http://www.redalyc.org/pdf/1796/179650085002_2.pdf. Acesso em: 10 ago 2022.

TEIXEIRA, Rodrigo. O Debate dos Fundamentos do Serviço Social: o Projeto ABEPSS Itinerante. In: **Revista Temporalis**, 20(40), 77–93, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.22422/temporalis.2020v20n40p77-93>. Acesso em: 10 ago 2022.

TOLENTINO, E. dos S., & BASTOS, V. P. População em situação de rua: crise do capital e o desmonte das políticas públicas. In: **Revista Temporalis**, 17(34), 301–331. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.22422/temporalis.2017v17n34p301-331>. Acesso em: 10 ago 2022.

,

,